

JUVENILIDADE E COMPORTAMENTO

O caso de alguns fidalgos portugueses na Baixa Idade Média

por
CARLOS GUILHERME RILEY

*«huã das propriedades dos homẽes mançebos
segundo declara frey Gill de Roma per autoridade
do philosofo na terceyra parte do segundo livro
do rregimento dos primçipes, e Paulo Virgerio na
emsinamça dos moços fidallgos, he serem trigosos
e arrevatados em seus feitos, e esto per rrezam do
esqueitamento do sangue que em elles natural-
mente he naquella hidade»¹.*

I

O tempo é, sobre nós, erosivo, transmutador. A medida quantitativa da idade, do suceder dos anos, determina no homem alterações de qualidade e comportamento que, de uma forma mais ou menos sistemática, vão sendo isoladas e caracterizadas distintamente.

¹ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, p. 67.

A imagem do mancebo como homem de sangue quente condensa em si uma série de qualidades/propriedades, por assim dizer, arquetípicas atribuídas à juventude. É indismutável que existe na concepção de jovem, nas representações mentais que diferentes sociedades possuem da juvenildade, uma linha de força abstracta suficientemente generalizada que nos permite considerar esta questão segundo uma perspectiva algo intemporal e bastante esquivada à categoria histórica. Não será esse, contudo, o nosso propósito, muito pelo contrário; pretendemos aqui analisar a juvenildade num tempo e num espaço social historicamente determinados.

Zurara, na citação com que abrimos este artigo, recorre às sentenças dos clássicos sobre as propriedades dos homens mancebos para melhor justificar, a determinado passo da sua crónica, a ansiosidade com que os jovens Infantes aguardavam o início da empresa norte-africana de Ceuta. Ao socorrer-se de tais autoridades, o cronista não só demonstra a necessidade que tem de evidenciar as referências eruditas, e porventura algo artificiosas, da sua formação cultural, como também nos diz que essas sentenças clássicas (ainda) são igualmente válidas e exemplares para explicitar as características de comportamento dos mancebos no século XV. Não se trata no entanto, de quaisquer mancebos; atente-se que Zurara nos está a falar dos três filhos mais velhos de D. João I, Duarte, Pedro e Henrique, e, do mesmo modo, as fontes que cita são o «registro dos príncipes» e a «ensinamça dos moços fidalgos». A juventude aqui considerada é, pois, restringida a uma categoria social precisa.

Há, portanto, formas específicas e determinadas de se ser jovem e, como tal, importa que a análise da juventude seja historicamente definida em termos espaço-temporais e sociais. Dentro do quadro social do Ocidente Medieval, a nossa atenção será retida sobre a especificidade do comportamento juvenil no seio da camada aristocrática-guerreira e, mais adiante, debruçar-nos-emos sobre o caso particular dos mancebos fidalgos em Portugal nos finais do século XIV e parte do XV.

II

A questão da juventude, melhor dizendo, a questão da idade, ocupou um lugar proeminente no pensamento e mentalidade medievais servindo, não poucas vezes, como factor estruturante e explicativo da ordenação social.

«...há uma Ordem dos que comandam e uma ordem dos comandados, uma Ordem dos ricos e uma Ordem dos pobres, um Ordem dos velhos e uma Ordem dos novos»².

Quem assim o diz é Bonifácio, monge beneditino, no período final da Alta Idade Média, revelando que uma das linhas de clivagem existente nas representações binárias que se faziam do universo social era, precisamente, o critério etário. No entanto, a questão não se poderá só resumir à objectividade da relação do conteúdo qualitativo que anda associado ao conceito de velho-novo.

Mais do que o número de anos, ser-se velho, ou ser-se novo, é uma qualidade: velhice-sageza, juventude-força. Muitas vezes os homens da Igreja recorrem a estas imagens/mitemas no seu discurso para exprimirem a natureza das relações de poder entre a esfera eclesiástica e a laica; os conceitos latinos de «*autorictas*» e «*potestas*» aparecem equiparados aos de velhice e juventude e, por sua vez, cada um deles é traduzido em formas respectivas de comportamento e equacionamento social.

«Qualquer que seja o número de anos, velhice e juventude definem duas formas de comportamento na vida, na acção, no caminho para a salvação [...]. A divisão não é senão aquela de que Georges Dumézil nos fala, quando dissocia o brutal aplicado ao incerto, ao móvel, ao móbil, à agitação, do olhar dirigido para a fixidez do sobrenatural e da lei»³.

² Georges Duby, *As três Ordens ou o imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 96.

³ *Ibid.*, p. 60.

Na perspectiva do discurso eclesiástico, e muito particularmente daquele que se processa na transição do milênio, a juventude é assimilada ao desregramento social a que os homens da Igreja procuram pôr cobro e ordem: o mundo feudal com as suas características de agressão, autonomia e turbulência, é, por excelência, um mundo de jovens, no entanto, dentro desse mundo já de si juvenil, existem também distinções sociais e etárias que estabelecem no seu interior relações de poder fundadas na velhice-juventude.

A extraordinária importância de que se reveste o parentesco na sociedade feudal, a emergência das linhagens senhoriais à imagem e semelhança da estruturação dinástica da família real e o complexo sistema de pseudo-parentesco que constituem as relações de vassalagem, virão emprestar novas cores à ideia de velhice-juventude que, aqui, nos aparecerá fortemente assimilada à de pai-filho.

«A experiência das relações de parentesco, das relações entre velhos e novos, vem juntar-se a outra, análoga, de vassalagem [...]. A posição do homem que, pelos gestos da homenagem, se tornou 'moço' (vassalus) de um 'ancião' (senior) é semelhante à do filho perante o pai [...]. Porque o senhor, espécie de pai, é normalmente o mais sabedor e o mais rico, e porque o vassalo, espécie de filho, é normalmente mais vigoroso, é normal que o primeiro receba do outro o auxílio militar [...] como compensação do que ele próprio fornece: o alimento, a paz, distribuindo feudos, mantendo assim na concórdia a coorte fogosa dos seus homens»⁴.

Deixando de parte a rede do sistema de pseudo-parentesco, ou parentesco artificial, importa considerar agora as formas de estruturação vertical da «família» aristocrática, ou seja, a linhagem feudal. Conforme ao modelo agnático e uno da casa real, a forma de transmissão do patrimônio fami-

⁴ *Ibid.*, p. 90.

liar de pai para filho primogénito no interior de uma linhagem, irá determinar e condicionar fortemente as matrizes de comportamento juvenil na sociedade aristocrática.

Dentro deste quadro de análise, «jovem» é muito mais um qualificativo social, do que etário, designando em certa medida um homem formado ou, pelo menos, já saído da sua fase de aprendizagem cultural que, para o caso aqui considerado, era a do exercício das armas. Jovem seria, pois, um homem de armas, mais do que isso, a sua especificidade social decorria do facto de ser um elemento exclusivamente vocacionado para a actividade guerreira e lúdica. Esta acepção particular de juvenildade situa-se num contexto histórico preciso, o da feudalidade no Meio-Dia da Europa, que Georges Duby definiu com clareza no seu estudo *Les «jeunes» dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII^e siècle*⁵. Embora este título nos sugira, de algum modo, uma micro-análise de alcance limitado, o que é facto é que aí se lançam perspectivas cuja validade extravaza para fora desse quadro restrito justificando-se, portanto, que nos detenhamos previamente sobre elas antes de passarmos ao objecto principal deste nosso artigo.

O termo «juvenis» designa, prioritariamente, um estatuto social que, entre outros aspectos, se caracteriza pelo seu posicionamento intermediário e passageiro na vida de um membro da camada aristocrático-guerreira o que nos leva a considerar, e a introduzir, a questão da trajectória social de tais elementos. Passada a primeira fase da infância, quando atinge uma compleição física mínima, o filho do chefe da linhagem dá início ao processo de aprendizagem e exercício das armas sob a responsabilidade de um homem da casa de seu pai ou então, caso bastante característico, é entregue aos cuidados de um tio.

⁵ Georges Duby, *Hommes et Structures du Moyen Age*, Paris. Éd. Mouton, 1973, pp. 213-225.

Este período de vida em que os jovens são designados, segundo os textos narrativos consultados por Duby ⁶, de «puer» e «adolescens imberbis», não tem uma duração estabelecida de forma rígida mas sensivelmente, deve equivaler ao processo de formação de um corpo adulto, formação física essa desenvolvida por contínuos exercícios e práticas viris. É ao atingir a maturidade física, já como homem feito, que o jovem conhece a cerimónia de investidura cavaleiresca dando, só então, início à sua fase por excelência juvenil. Equipado com as armas, devidamente instruído sobre o seu domínio e exercício, o jovem cavaleiro parte para fora daquele território que até aí tinha constituído o seu útero familiar e social em busca da «aventura», termo cujo sentido lato pode encerrar uma multiplicidade de situações: torneios, serviço militar, rapinas, conquistas amorosas, etc.

É nesta atitude errante, violenta e lúdica, que reside o núcleo da juvenilidade feudal.

Errante porque «long séjour honnit jeune homme», porque a juvenilidade é, por regra, situação de movimento e distanciamento em relação ao domínio familiar.

Violenta porque o jovem é viçoso e agressivo, mas também porque a cultura e mentalidade dentro da qual se tinha formado media um homem pela sua força; valor basilar de uma «ordo» superiormente destinada para o combate.

Lúdica porque a juvenilidade é um espaço e um tempo de evidenciamento, porque é aí que se joga, determina e adquire o prestígio, ou posição social futura.

Os destemperos, turbulências e agressões característicos da juvenilidade ajudam-nos a compreender como, em termos sociais, esta se esgota e projecta na existência da cavalaria emprestando-lhe aquele perfil de desordenada violência que a Igreja tanto se esforçava por corrigir e domesticar. Em contrapartida, no seio da aristocracia guerreira, estas formas con-

⁶ *Ibid.*, p. 213.

turbadas de mundividência juvenil eram não só consentidas, como também institucionalizadas; a errância aventureira do jovem cavaleiro era uma etapa ritual que antecedia a sua entrada na vida adulta.

A saída da juvenilidade era assinalada pelo regresso do cavaleiro a casa, ou ainda, pelo fundar de uma nova casa. Qualquer destas formas de abandono da errância implica a ideia de paternidade e responsabilização familiar, quer ela se trate de assegurar a continuação do tronco principal da linhagem ou de iniciar um seu novo ramo.

«Dans la période antérieure et dans la période postérieure de sa vie, l'individu est fixé, tant qu'il est 'enfant', dans la maison de son père ou dans celle du patron qui l'éduque. lorsqu'il est lui-même mari et père, dans sa propre maison. Entre-temps, il erre. Ce refus de 'séjour' cette errance se révèle comme un trait fondamental, au centre de toutes les descriptions que l'on conserve de l'existence du 'jeune' [...]. Le 'jeunesse' peut donc être par conséquent définie comme la parte de l'existence comprise entre l'adoubement et la paternité»⁷.

O desenraizamento como sinónimo patente de juvenilidade pode levar-nos a defini-la como uma forma peculiar de desresponsabilização social, no entanto, esta permitida liberdade de vagabundagem, ao contrário das suas aparências, não está isenta de fortes e contínuas cargas de responsabilidade. Ao «errar» o jovem tem como propósito essencial exaltar a sua força e destreza, numa palavra, evidenciar-se seja porque deve ser digno do nome e linhagem que representa, seja porque, na linguagem e valores aristocráticos, essa era a forma estabelecida de adquirir fama, mercês e mulheres. Neste sentido, a juvenilidade é uma etapa da vida que, sob o seu carácter folião agressivo e irresponsável, constitui-se como momento vital do futuro enquadramento na sociedade.

⁷ *Ibid.*, p. 214.

A paradoxal gravidade compreendida no aligeirado comportamento juvenil era, no entanto, mais sentida por uns do que por outros, o que nos remete para a análise da sua posição relativa no quadro familiar da linhagem.

«La vocation militaire de l'aristocratie, les stimulations d'ordre biologique, et tout ce qui tient à l'âge même de ces hommes, peuvent rendre compte de leur comportement. Mais pour en mieux saisir les ressorts profonds, je pense qu'il faut aussi considérer les cadres familiaux dans lesquels s'insérait le groupe des 'jeunes', car leur structure a beaucoup contribué à aiguïser l'avidité de ceux-ci et à les jeter dans l'aventure et la turbulence»⁸.

Conformemente à, antes referida, linha agnática e una de transmissão do património familiar dentro da linhagem, o primogénito era aquele que já possuía um destino social assegurado: sucederia a seu pai na casa e nos bens e, na sua qualidade de elo transmissor da riqueza patrimonial, o seu casamento, como forma de fixação e reprodução da linhagem, era decidido com a necessária prioridade o que não o impedia, contudo, de atravessar a imperativa fase juvenil de errância e aventura. Embora menos aventurosa (porque se não revestia de um carácter de procura tão marcante), a sua juvenildade não deixava de ser intensamente vivida; ele era o herdeiro das riquezas, mas também de uma medida de valor imaterial; a dignidade e virtudes do nome que ostentava.

No cruzar de lanças durante os torneios, ou integrado nas cavalgadas das hostes juvenis, competia-lhe não desmerecer a herança honrosa e carismática dos seus ancestrais e, se possível, acrescentá-la e enriquecê-la com as suas virtudes e proezas pessoais.

«La vertu de l'homme noble est l'ensemble des qualités qui le mettent en mesure de combattre et de commander [...]. Il est tout à fait naturel que le terme exprimant l'idée de

⁸ *Ibid.*, p. 217.

vertu ait à sa base. chez de nombreux peuples, la notion de virilité; notamment le latin 'virtus' qui a d'ailleurs gardé longtemps la signification dominante de courage [...]. Vertu, honneur, noblesse et gloire se trouvent ainsi dès le début dans le cadre de la compétition, c'est-à-dire du jeu. La vie du jeune guerrier noble consiste dans l'exercice perpétuel de la vertu et dans la lutte pour l'honneur de son rang élevé»⁹.

Deixando os primogénitos, lancemos agora um olhar sobre os restantes membros masculinos da família. A orgânica das estruturas de parentesco da família aristocrática, considerada abstractamente, remetia para um plano social secundário os filhos segundos que, só em termos muito relativos, podiam aspirar à qualidade de herdeiros do património. Lídimos, ou bastardos, estes produtos da virilidade do chefe da casa, teriam mais que procurar a honra do que, meramente, assegurá-la, isto é, desapoiados pela entidade paterna, em detrimento do primogénito, na política de garantia e fixação social (que passava, em grande parte, pelo «bom» matrimónio — «on épousait un fief»), eram impelidos a demandar fora da casa o seu futuro em sociedade e, justamente nesse sentido mais autónomo e desamparado do percurso, o seu comportamento juvenil era, não só imperativo, como mais genuíno no carácter errante, lúdico e aventureiro. Sobre tudo aquilo que determinava a juvenilidade no varão, acrescia ainda, no filho segundo, a pressão «malthusiana»¹⁰ das estruturas de parentesco determinando-lhe um tempo de comportamento social

⁹ Johan Huizinga, *Homo Ludens — Essai sur la fonction sociale du jeu*, Paris, Gallimard, 1977, pp. 111-112.

¹⁰ «Esta consiste essencialmente em evitar ou retardar o mais possível o casamento dos jovens, sobretudo daqueles que não herdarão o solar que dá o nome à família. Está neste facto, sem dúvida, o aumento dos semi-marginalizados nobres, que não encontram um lugar nas estruturas próprias da classe e que, ao mesmo tempo, são convidados à agressividade e à ousadia pela ideologia própria do meio». José Mattoso, *A nobreza medieval portuguesa — a família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 361.

juvenil, por regra, bastante mais denso e prolongado. Não seria exagero afirmar que estamos perante uma juvenildade elevada ao expoente quadrado; o filho segundo tem que subir até à condição de adulto, sustenta a redobrada necessidade/ /responsabilidade de evidenciar-se cavaleirescamente para, assim, conquistar a mulher e o enraizamento social que a sua família não lhe proporcionara.

«Privés de tout espoir d'hoirie certaine, les fils puînés ne voyaient qu'une issue: l'aventure [...]. En fait, celle-ci se révèle être aussi, et peut-être surtout, une quête aux épouses. Pendant toute son errance, la bande des jeunes se trouvait animée par l'espoir du mariage»¹¹.

Se é lícito admitir um padrão definido de comportamento juvenil, os factores que o condicionam e os objectivos de que se reveste são, no entanto, de ordem diversa. A juvenildade não é necessariamente errante, pelo menos num sentido pronunciado de distanciamento, nem a errância é cultivada exclusivamente por jovens¹². Consoante o jovem pertence a uma linhagem mais ou menos numerosa, mais ou menos poderosa, consoante a forma como essa linhagem se inscreve numa geografia de parentesco determinada, consoante a ambiência política e militar da sociedade considerada, assim se manifestará social e historicamente a juvenildade.

Apresentámos aqui o «jovem modelo». Nunca o ignorando, recusaremos, contudo, a medida padronizada em favor das suas cambiantes.

¹¹ Georges Duby, «Les jeunes dans la ...», pp. 220-221.

¹² Veja-se, por exemplo, a distinção entre errância determinada por motivos políticos e aquela que é produto da pressão linhagística, estabelecida por José Mattoso no seu estudo «Cavaleiros Andantes — a ficção e a realidade», in *A nobreza medieval portuguesa*, pp. 353-369.

III

Analisaremos agora a juvenilidade em Portugal nos finais da Idade Média, tentando sempre ressaltar as condições sociais e políticas desse período e de que modo elas se reflectem no comportamento da camada aristocrática.

A partir de meados do século XIV a guerra torna-se um estado latente na Península Ibérica que, assim, comparticipa de uma tendência característica e secular (a Guerra dos Cem Anos é disso o símbolo cabal) a todo o Ocidente. As palavras de Honoré Bovet no introito à sua obra *L'Abre des batailles*, datada de 1386-87, são a expressão fiel do quadro bélico que se instala sobre a sociedade desse tempo:

«Je voy toute la sainte chestienté tant aggravée de guerres et de haynes, de larrecins et de dissensions que a grant peine si l'on peut nommer un petit pays, soit duché ou conté, qui soit en bonne paix»¹³.

Esta omnipresença da guerra irá ter um peso inquestionável sobre aqueles que fazem das armas o seu officio e, muito em particular, no seu estrato juvenil que, dentro deste contexto, evidenciará formas de comportamento diversas do modelo delineado para os séculos XII-XIII.

O jovens fidalgos portugueses da metade de trezentos em diante, encontrarão menos ocasiões para cavalgar pelos montes atrás de javalis, ou para cruzarem lanças e espadas em frente das damas e restantes espectadores. É evidente que continuavam a praticar estes exercícios inerentes à sua condição social e etária, só que os sucessivos conflitos com Castela e depois da campanha norte-africana, oferecem-lhes o campo propício e decisivo às suas manifestações afirmativas de honra

¹³ Philippe Contamine, *La Guerre au Moyen Age*, Paris, P. U. F., 1980, p. 241.

e ética cavaleiresca. Ao nível das formas de competição e evidenciamento social, embora seja um mesmo sentimento lúdico que impele a nobreza à caça, ao torneio, ou à guerra, estabelece-se, no entanto, uma distância significativa entre o conflito de morte e a competição simulada (sobre este ponto leia-se, na já citada obra de J. Huizinga, os capítulos «Le jeu et la compétition» e «Le jeu et la guerre»). Não deixa de ser sugestivo reparar no que a voz corrente do povo dizia sobre o entusiasmo que, a dar crédito às palavras de Zurara, os filhos de D. João I revelavam em ir conquistar Ceuta:

«empero ajmda he de veer ca grande deferença ha de tratar os porcos monteses na Beyra, a pelleiar com os homées armados que sse sabem deffender. elles cuydam que sam as justas daqui que sse nom quer nemguem atrever de os hir encontrar»¹⁴.

Aliás valerá a pena determo-nos um pouco mais sobre estes jovens infantes reais para avaliarmos os aspectos de que se revestia a juvenildade em princípios do século XV. Após a assinatura da paz com Castela, D. João I resolve promover grandes festas e justas reais para assim assinalar um projecto que vinha acalentando há muito tempo: investir, honrosamente, no grau de cavalaria os seus filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Por essa altura teriam eles respectivamente, vinte, dezanove e dezassete anos de idade, sendo considerados mancebos já prestes a receber essa honra, enquanto que D. João e D. Fernando de onze e nove anos, eram ainda moços demais para ela. A propósito, convirá referir que as distinções feitas entre moço-jovem-homem obedecem neste período a um critério etário mais estrito¹⁵, ao contrário do conteúdo eminentemente

¹⁴ Gomes Eannes de Zurara, *op. cit.*, p. 112.

¹⁵ Veja-se a fala dos embaixadores portugueses sobre a validade do tratado de paz com Castela que é feito durante a menoridade de D. Juan II: «ate aquella hidade em que o derecho ha homem per perffeyto pera

social de que se revestia o termo «jovem» no século XII-XIII, no entanto, e adiante o veremos, isto não excluía a ideia de que os fidalgos mancebos tivessem um comportamento específico em sociedade. Continuando ainda nos Infantes, valerá a pena determo-nos na forma como Zurara diz eles terem acolhido o projecto espetaculoso de seu pai para os annar cavaleiros.

«Vamos disserom elles falar a el Rey nosso senhor e padre. e digamoslhe que ordene alguia cousa em que possamos fazer de nossas honrras. onde nos elle possa fazer cavaleiros. Como pertence aa grandeza de seu estado e a excellencia de nosso sangue. Ca pois as pazes de Castella sam firmadas, e da parte de Grada nam temos esperanza çerta. nom ha hy pollo presente cousa nenhüa azada em que possamos rreçeber estado de cavalaria se novamente nam for buscada. Ca polla maneira que sua senhoria tem vontade de o fazer todo he cousa de pequeno valor pera a grandeza de tamanho feito. que por grandes que as festas sejam nunqua seu nome he de grande vallia pera semelhante caso. por que semelhantes pessoas nos grandes feitos de fortaleza com grandes trabalhos e perigos vendo o sangue dos seus imigos espargido ante seus pees soo he de rreçeber o grado de sua cavalaria. E os filhos dos cidadãos e dos mercadores cuja honrra nom se pode mais estender que a semelhante estado ss. de serem cavalleiros. a estes he cousa convinavel de se fazerem festas e jogos. porque toda a força de sua honrra esta na forma de sua despesa»¹⁶.

Esta passagem dá-nos conta da progressiva vulgarização em que ia caindo a dignidade social da cavalaria e de como os Infantes (ou o cronista por eles), atribuindo aos torneios e festas nada mais que um carácter «burguês» de ostentação da riqueza,

entemder se aquello que faz he bem ou mal, que he comto de XXV. annos; e menos deste tempo, quando fezer, tanto he de balde e pode-se chamar (enganado) e nam seraa vallioso». Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I*, parte segunda, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, p. 435.

¹⁶ Gomes Eannes de Zurara, *op. cit.*, pp. 25-26.

ansiavam por um grandioso feito militar para, em campo e com risco das suas vidas, serem investidos como cavaleiros. Além do problema aqui lançado, o do conceito de honra em relação com o da dignidade social, pesaria ainda sobre os três jovens o facto de serem filhos de um rei carismático, invencível no decurso de todas as suas guerras com Castela, cavaleiro da Ordem da Jarreteira e que havia concluído com toda a honra a «aventura» de salvar a independência do reino. A memória da guerra recente, de Aljubarrota, dos valores aí adquiridos ou acrescentados em feitos de armas, haveria de exercer o seu peso sobre a geração juvenil que sucede a este evento e que não se conforma em viver à sombra da glória cavaleiresca conquistada por seus pais. Se nos restringirmos à análise da fidalguia e, dentro dela, à do comportamento juvenil, poderemos avaliar a importância operacional que assume a noção de geração¹⁷ aplicada ao estudo deste problema. Não será demais, a este nível, evidenciar as importantes articulações existentes entre a geração de Aljubarrota e a geração de Ceuta, aliás, claramente patenteadas no seguinte trecho de Zurara em que é a referência etária que preside à imagem aí representada da sociedade:

«E depois que esto todo assi foy acabado mandou que se apregoassem logo aquellas pazes em aquella çidade com aquella festa e solennidade que tamanho auto rrequeria [...]. Mas para falarmos dereitamente he bem que digamos a diversidade dos openiões que avia entre as gentes do regno cado huús em sua parte. E primeiramente todollos velhos e aquellos que aviam dereito juizo eram muito alegres e convidavam seus amigos pera suas casas e lugares fazendo muy grandes convites. nos quaaes faziam grandes despezas soomente por se alegrarem de tamanho bem [...]. Outras repartições muy contrairas daquestas eram antre os fidalgos mancebos com todollos outros de sua jdade e assi

¹⁷ Vide «La notion de génération en histoire», in Yves Renouard, *Études d'histoire médiévale*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1968, pp. 19-39.

alguũs homeẽs que nam tinham outro bem senam esperanãa do ganho que lhe avia de seer dado por vantagem que fizessem no feito das armas [...]. Quanto o trabalho fora melhor e a guerra mais continuada tanto elles tiveram mais usado o officio das armas e mais cousas e milhores e esprementadas com que poderam fazer grande empecimento a seus jnigos o que agora sera pollo contrario. Ca os manãebos perderam a melhor parte de sua jdade ou se hiram fora do rregno onde os galardões dos seus trabalhos seram atribuidos aos estranhos. Empero esta culpa nam he senam da velhiãe. Ca el Rey e todos aquelles que algo seguiram nas primeiras guerras sam ja cansados e enfadados polla grande soffrenãa dos trabalhos que ouveram. e porem deseiam rrepouso. pollo qual trabalharam trazer todollos feitos a este fim. Ca se elles foram dos nossos dias nam se atrigaram tam asinha de buscar assesego pera sy nem pera o regno»¹⁸.

A grande clivagem que transparece desta representação da sociedade é, independentemente do estatuto considerado, entre aqueles que já se encontram definidos e afirmados dum ponto de vista social e os que iniciam, ou então estão, na curva ascendente da sua trajectória. De notar ainda que é a guerra que preside ao estabelecimento dessa mesma clivagem, ou seja, a juventude deseja a guerra porque esta é o espaço privilegiado da mobilidade e evidenciamento social, ao passo que a velhice, no dizer de Zurara, deseja fruir em paz os proventos nela adquiridos, ou então, e porventura mais verosimilmente, pretende ainda assegurar a guerra como um seu exclusivo, impedindo assim formas paralelas de rivalidade à primazia social que esta lhes havia acarretado. Neste caso o conflito de gerações manifestado é também, e sobretudo, um conflito social.

Dentro deste clima é compreensível que a juvenildade não andasse tão associada à errância e que, preferencial-

¹⁸ Gomes Eannes de Zurara, *op. cit.*, pp. 19 e 21-22.

mente, se consumisse na guerra que, por si, era um factor de fixação; fixação em torno de um senhor, de um ideal e de um território. Neste período, a errância aparece-nos como a alternativa juvenil à guerra, no entanto, essa errância não era tão marcadamente caracterizada pelos torneios e cavalgadas autónomas, mas dirigia-se em regra para situações de guerra, só que distanciadas e nas quais o jovem fidalgo se colocava ao serviço de um rei estrangeiro. A Inglaterra e a França, no decurso do século XIV-XV, formaram um espaço atraente e absorvente de sucessivas gerações de mancebos fidalgos que aí procuravam as oportunidades de evidenciamento que se lhes não ofereciam no reino. Em Portugal, e em função da aliança política que mantinha no contexto da Guerra dos Cem Anos, o vector desta forma de errância juvenil estava apontado para Inglaterra e entre muitos casos possíveis, citaremos o de Rui Mendes Cerveira, figura a todos os títulos exemplar de uma geração juvenil que desponta na transição do século XIV-XV e que, amainados os conflitos com Castela, parte da Península em demanda de prestígio social ao serviço da casa real inglesa; forma peculiar de errância que só é interrompida com a empresa de Ceuta que, a partir da sua conquista, funciona como campo propício à absorção das pulsões lúdicas e juvenis da fidalguia portuguesa.

«Ruy Mendes era Irmão d'Alvaro Mendes de que ja ouviste em esta Istoria, o qual por certo nom desacordava na grandeza do coração com a estatura do corpo: e porque elle logo no começo de sua mancebia se passara em Inglaterra dezejando saber aquelle nome, que os Fidalgos, e Nobres desejam por principal galardão deste mundo, onde certamente sua passagem nom foi ouciosa; caa em todo-los feitos que se lá offercerom Ruy Mendes foi participador, especialmente se acertou de ser na batalha d'Ajancurta [...] e como quer que elle assy naquelles Reynos trabalhasse, sabendo como o seu natural Rey filhara aquella Cidade aos Mouros, onde elle fallecêra com seu serviço, posto que aquella culpa tivesse açaz direita escusa, e se veio de Ingrlaterra, e

sem sahir do Navio, nem fazer devisa em nenhum lugar deste Regno, se foi a esta Cidade de Ceuta, cujos feitos escrepvermos., onde nom falleceo daquelle louvor, que dos Reynos alheios traia ganhado»¹⁹.

A manutenção de uma cidade em território inimigo apareec como o antídoto ideal à evasão juvenil, e não só, da fidalguia do reino. As repercussões sociais deste fenómeno emigratório deviam ser sensíveis; assim o comprova o modo como argumenta D. João I em favor da manutenção da conquista de Ceuta quando, num total de quatro razões aí enumeradas, afirma que a terceira é fixar de forma mais proveitosa a apetência da camada guerreira para os feitos de armas em seu serviço e do reino.²⁰ Porventura ainda mais esclarecedor e significativo, é o pronunciamento de uma das facções do seu Conselho, claramente identificada com a mentalidade da camada aristocrática, no sentido de se não abandonar Ceuta após a conquista:

«Tendo vós esta cidade... todos vossos naturaes averiam razão de vos vir aqui servir, especialmente os Fidalgos dezejosos de bem fazer, que andam em vossa Corte ociosos [...] e ainda, Senhor, vós vedes como os nobres mancebos de vossos Regnos vos pedem licença, ora pera França, ora pera Inglaterra, e pera outras partes, a fim de fazer de suas honras, e vos he necessario, que os corregais, e mandeis como pertence a vossa honra, por serem vossos criados, e naturaes, e enfim vão servir outros Senhores, com o que lhe vós dais, e com muito menos podem vir a esta Cidade, e servir-vos em ella, e vós fazerdes-lhe merce, como fazês pelos serviços alheos [...] e assy vós sereis delles servido, e elles farão de suas honras, onde principalmente ham de ser alumeaddas, e gallardoadas»²¹.

¹⁹ Gomes Eannes de Zurara, *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1790, pp. 320-321.

²⁰ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta ...*, p. 258.

²¹ Gomes Eannes de Zurara, *Chronica do Conde D. Pedro ...*, pp. 228-229.

Deve-se ressaltar que estas formas de errância degeneraram, em mais de um ponto, do modelo corrente que a juventude dos séculos XII-XIII nos apresentava. Já referimos que a errância perde grande parte do seu carácter aventureiro fixando-se, tão somente, em guerras alheias nas quais o serviço de armas prestado pelos jovens fidalgos é feito a troco de um soldo sendo, portanto, relativa a voluntariedade/gratuidade da atitude. De igual modo vai uma grande distância, em termos de carácter guerreiro e social entre as «bandes des jeunes» do período feudal e as «compagnies d'aventures» que, nos finais da Idade Média, actuam nos mais diversos conflitos armados europeus²². Acrescente-se também que uma parte importante das manifestações de errância não se confundem com a juvenildade, nem se devem aos aspectos sociais e ideológicos que determinam o comportamento juvenil, mas antes se prendem com um exílio forçoso motivado por crimes ou lutas políticas. Ao analisar as figuras dos cavaleiros andantes na Baixa Idade Média, há que estabelecer a necessária distinção entre «evasão política» e «evasão juvenil», e nesse aspecto o caso de Diogo Lopes Pacheco, um dos envolvidos no assassinio de Inês de Castro, é satisfatoriamente exemplificativo:

«E andando el assi em Castella por aazo da morte de dona Enes, segundo ja teendes ouvido, e vivendo com el-rei dom Henrique, com que avia grande afeição por aazo das guerras em que com ell andara, assi nas companhias de França como na guerra d'Aragom com Castella»²³.

Poderíamos também citar o caso de João Vaz d'Almada que, na sequência de um ferimento feito ao regedor da casa do cível, Gonçalo Pires Malafaia, parte para Inglaterra com seus

²² Vide Philippe Contamine, *op. cit.*, pp. 275-296.

²³ Fernão Lopes, *Crónica de Dom Fernando*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1975, p. 280.

filhos receoso da punição de tal crime²⁴. Mas o exemplo mais interessante e rico de conteúdo, é o do próprio D. João I que, ainda na sua qualidade de Mestre de Aviz e após o assassinato de João Fernandes Andeiro, receoso da retaliação da rainha D. Leonor e das consequências políticas e militares de tal acto, exprime a intenção de se evadir para Inglaterra onde entende

«servir el rey na guerra que ouver com seus ãmilgos, e ganhar aquella homrra, e fama que todollos boõs desejam percalçar»²⁵.

É digna de nota a forma como um escudeiro fidalgo, Álvaro Vaz de Goes, tenta demover o Mestre da partida para Inglaterra, alegando que maior honra lhe viria em assumir o cargo de regedor e defensor do reino, ideia que tem a sua feliz expressão nas seguintes palavras de Rui Pereira:

«Querees que vos diga, Senhor? Vos, dizem que vos hiis pera Inglaterra: mas a mim parece que boom Londres he este»²⁶.

Efectivamente, para o Mestre e seus seguidores, bom Londres seria aquele, sobriariam, no decurso dos conflitos internos e contra Castela, as ocasiões para praticar feitos de armas, acrescentar (em muitos casos fundar) honras e receber mercês. Já foi frequentes vezes sublinhado o carácter social que envolve a crise de 1383-85, a clivagem que se define no reino entre castelos e vilas expressa desde logo uma importante questão de mentalidade: a distinção entre valores nacionais e valores feudais. Importa, no entanto, não extremar em demasia este quadro da sociedade portuguesa, será bom lembrar que nem toda a nobreza do reino se passa para Castela

²⁴ Vide Emanuel Sueyro, *Anales de Flandes*, Anvers, 1624, p. 181.

²⁵ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I*, parte primeira, p. 40.

²⁶ *Ibid.*, p. 40.

segundo o princípio de que «a verdadeira terra do fidalgo era a casa do seu senhor», e que muitos juntam-se ao bastardo real na defesa da independência seguindo um princípio rigorosamente igual, só que aplicado ao Mestre e não a D. Leonor, D. Beatriz, ou à casa real castelhana. As relações de força sociais e políticas na eminência de um conflito ou invasão militar são tais que aderir ao partido do Mestre de Aviz assumia um carácter francamente aventureiro. Gostaríamos aqui de realçar que, independentemente das eventuais razões políticas e ideológicas que levariam alguns fidalgos a aderir ao partido nacional, as implicações aventureiras dessa aderência agiriam de modo sensível na decisão final dos fidalgos mancebos. O discurso que Nuno Álvares Pereira dirige aos seus companheiros de armas, quando a caminho de Lisboa lhes participa que se vai pôr ao serviço do Mestre de Aviz, é bem exemplificativo deste aspecto transparecendo a ideia que tanto maior será a honra quanto mais arriscado for o feito.

«Assi he que eu vejo no meu entendimento huõ poço mui alto e mui profundo cheo de grande escoridoõe; e bem me diz a voontade, que nom ha homem que em elle salte, que delle possa escapar, salvo por grande millagre [...]. Amigos, ho poço mui alto e escuro que vejo ante meus olhos, he a grande demanda que o Mestre dizem que quer começar por deffensom destes rregnos, contra el-Rei de Castella [...]. E porque minha teemçom he de me ir pera elle e o servir em ella, porem vos dixee se vos prazia de seerdes em ello meus companheiros»²⁷.

Em vários passos da Crónica de D. João I, Fernão Lopes põe em evidência que dentro da esfera fidalga a atitude de mais «sizo» era seguir as menagens prestadas a D. Beatriz aquando do seu casamento com D. João de Castela, enquanto que «a teemçom do Mestre era hũa abusom sem fundamento em que alguõs neições de pouco emtemder cahiam, e os sisudos

²⁷ *Ibid.*, pp. 64 e 65.

se guardavom dello»²⁸. Tomar voz pelo Mestre e por Portugal era, pois, considerada uma «sandice» à qual não seriam estranhos os impulsos juvenis; o diálogo que Nuno Álvares trava em Santarém com o seu irmão mais velho, o prior do Hospital, e a divergência de posições que aí se patenteia é significativa quanto à questão da juvenilidade. De facto, como explicaremos os casos de muitos fidalgos que participando de uma mesma formação cultura e ideológica e ligados entre si pelos mais estreitos laços de parentesco, assumam, no entanto, partidos antagónicos? Se repararmos que em alguns casos os filhos abandonam os pais (e isto particularmente antes do desfecho do cerco de Lisboa) que seguem o rei de Castela, casos de Mem Rodrigues de Vasconcelos e Rui Mendes seu irmão e de João Gomes da Silva, assim como os filhos segundos que tomam voz contrária à de seus pais e/ou irmãos primogénitos, de que Nuno Álvares Pereira e Gil Vasques da Cunha são casos salientes, seremos levados a considerar que a juvenilidade, no seu duplo aspecto de pulsão lúdica e de caça ao prestígio social fora da casa paterna, não era uma explicação despropositada para tais atitudes. Mesmo depois do levantar do cerco a Lisboa e das Cortes de Coimbra que elegem o Mestre como rei, a batalha de Aljubarrota ainda é, em certa medida, um conflito fraticida. Dentro desta perspectiva, importaria levar a cabo um inquérito aturado e sistemático às estruturas familiares da fidalguia portuguesa para apurar, muito particularmente no seio das linhagens que não reagem com unidade às opções levantadas pela questão dinástica, até que ponto é a relativa marginalização social a que alguns estão sujeitos dentro do seu quadro de parentesco que os leva a tomarem o partido aventureiro do Mestre.

O importante fluxo de grandes fidalgos que se passam para Castela e o desfecho político que esta luta virá a conhecer, determinam uma movimentação fundiária que está na

²⁸ *Ibid.*, p. 290.

base da importante mobilidade social processada na nobreza portuguesa em finais do século XIV. As diferentes concepções de fidelidade acrescentam atractivos suplementares a esta guerra como espaço de evidenciamento social e, em grande parte, proporcionam a oportunidade de subverter o anterior xadrez linhagístico e patrimonial. Não será só aos jovens fidalgos e aos filhos segundos que a guerra oferece o ensejo de ascensão social, mas também, e com muito maior acuidade a todos aqueles que, agindo de acordo com alguns valores do quadro mental aristocrático-guerreiro (fidelidade pendular ao serviço do seu senhor e feitos de armas como forma privilegiada de evidenciamento), logram atingir um estatuto social bem diverso daquele de que eram anteriormente oriundos.

«Mas nos com ousança de fallar, como quem jugueta, per comparaçom, fazemos aquí a septima hidade: ha qual se levantou outro mundo novo, e nova geraçom de gentes; porque filhos dhomees de tam baixa condiçom que nom compre de dizer, per ser boo serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdose logo de novas linhagees e apellidos. Outros se apegarom aas antigas fidallguias, de que ja nom era memoria, de guisa que per dignidades e homrras e officios do rreino em que os este Senhor seemdo Mestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deante, que seus decendentes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram conta. E assim como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizemdo que os faria pescadores dos homees, assi muitos destes que o Meestre acrescentou, pescarom tantos pera ssi per seu grande homrroso estado, que taes ouve hi que tragiã comthnuadamente comssigo vinte e trinta de cavallo»²⁹.

As hostilidades contra Castela proporcionam um campo fecundo à análise do comportamento juvenil em guerra, não só no que toca às variadas formas de proeza cavaleiresca e façanha individual em que este se traduz, como também na

²⁹ *Ibid.*, p. 308.

própria concepção que se tinha do jovem neste contexto. A ideia de mancebo está associada à de uma energia ansiosa e mal administrada, não raras vezes a mancebia aparece citada como sinónimo de irresponsabilidade e incompatibilizada com a noção de prudência. O jovem que, pelo seu pouco tempo, ainda não deu provas, encontra-se possuído da necessidade latente de agradar e, quando em combate, revela uma enorme codícia pelo feito de armas individual que o realce aos olhos do seu senhor e dos seus companheiros. Mesmo em guerra a exibição existe, ela é parte integrante de um processo de afirmação juvenil que não pode ser compreendida sem a existência de um público, encarnado no rei e na comunidade em armas, que ajuiza das virtudes do jovem fidalgo enquanto vassalo e guerreiro. Assim, de dentro do conjunto de forças, o jovem destaca-se frequentemente como solista, a sua tendência para o feito autónomo e isolado torna-o, por natureza, um elemento mais vulnerável à morte mas também, dado esse mesmo risco cultivado, mais digno de atenção e reconhecimento. No quadro das relações humanas e sociais em circunstâncias de conflito militar, estabelece-se um comércio de evidenciamento (serviço)/reconhecimento (mercê) no qual o fidalgo mancebo intervém de forma exuberante e, por vezes, fatal. O conjunto de exemplos que adiante iremos expor, são, julgamos, significativos de como a guerra era o esteio e o complemento das pulsões juvenis.

O primeiro caso ilustra uma situação paradigmática em que juvenilidade, enamoramento, feitos de armas e morte se encontram encadeados de forma característica. O protagonista principal, Afonso Amriques o Moço, é um jovem filho bastardo do Mestre de Santiago, D. Fradique, que se desloca a Portugal integrado no exército castelhano e acompanhando seu meio irmão D. Pedro, Conde de Trastâmara, que, após umas desavenças em Coimbra, foge da comitiva real para o Porto enquanto o seu irmão se dirige para Lisboa onde se coloca ao serviço do Mestre de Aviz. Após a retirada do cercó castelhano sobre Lisboa, encontrámo-lo referido com particular

evidência no cerco que o Mestre, por sua vez, instala sobre Alenquer, não perdendo uma única ocasião de pôr à prova o seu valor e generosidade (a codícia que demonstra pelos feitos mais esforçados, está bem patente no desafio e pacto cavaleiresco que conclui com Aires Gomes de Figueiredo). Toda esta exuberância tem um motivo (independentemente do respeito a alcançar junto do Mestre e restantes companheiros) ou, melhor dizendo, um espectador primordial: D. Beatriz de Castro que, por detrás dos muros sitiados de Alenquer assistiria eventualmente aos feitos de armas de Afonso Amriques que nos surge como o exemplo típico de comportamento juvenil e enamorado que pretende evidenciar-se aos olhos da dama/senhora exaltando a sua coragem em proezas individuais.

«e fallando hũu dia esses fidalgos perante o Meestre, das manhas dos boõs hommẽes darmas, começou Ayras Gomçallvez dar a emtemder que os hommẽes de pequenos corpos, nom tĩnhã poder de sse igualldar com os de mayor gramdeza. E huõs e os outros deffemdemdo seu bamdo, disse Affomssso Amrriquez contra Ayras Gomçallvez, que sse lhe a ell prouguesse de ell seer seu companheiro em armas, que ell o acharia sempre comssigo em qualquer boõ feito que ell maõo possessese. Ayras Gomçallvez disse que lhe prazia muito, e deromssse as maõos sobre tall irmiidade; e deziam que esto fazia Affomssso Amrriquez, por amor de dona Beatriz cujo namorado era [...]. Em esto Affomssso Amrriquez o moço, que estava com o Meestre no moesteiro, ouvindo aquelle grande arroido, pediolhe lecença pera se armar nas suas armas, pois nom estava em sua pousada [...]. E foisse logo aa porta da barreira onde começavom de combater; e chegamdo alli, foi mais avante e deu com a lança na porta da villa por mostrar ardidez; e as pedras muitas que viĩham de cima de sobre as torres da porta, açertou de lhe dar huõa de que caeo em terra morto [...] e desta guisa morreo Affomssso Amrriquez, cometemdo ardidez que nom aproveitava, de cuja morte o Meestre mostrou assaz que lhe pesava, porque segumdo dava a emtemder, tĩnha boom desejo de o servir»³⁰.

³⁰ *Ibid.*, pp. 314 e 316.

A «guerra de cerco» que, tanto ou mais do que a «guerra corrida», era propícia ao exibicionismo cavaleiresco, não se compadecia destas manifestações nobres de evidenciamento voluntarioso e a morte conhecida nessas circunstâncias não merecia louvores, mas apenas lamentos. Efectivamente, e em Fernão Lopes isso é quase uma regra, mais do que a honra e a coragem, é o carácter inglório e inconsequente dessas mortes que é sublinhado. Este engodo pela façanha³¹ também sairá caro a Vasco Martins de Melo o Moço, jovem fidalgo que, com menos de vinte anos, encontra a morte em Aljubarrota na sequência da empresa que, publicamente, prometeu levar a cabo (prender ou atingir o Rei de Castela):

«e sso, sem outrem, em cima dhuum cavallo por chegar a elle, meteo-sse antre as gentes que o acompanhavom: e sendo conhecido pella cruz de Sam Jorge que era portugues, foy logo morto por sua nom sages ardidez»³².

A semelhança deste «namorado», também um jovem cavaleiro castelhano, Álvaro Gonçalves de Sandoval conhece igual destino quando tenta levar a melhor sobre D. João I de Portugal³³.

No entanto, nem todos os fidalgos eram vítimas da sua desmesurada juvenilidade em cercos, batalhas ou escaramuças; alguns haviam que, não confundindo a «ardidez» com imprudência, lograram sobreviver aos conflitos com Castela para saborearem os dividendos sociais dos seus bons feitos durante a guerra. Martim Afonso de Melo, filho segundo de Vasco Martins de Melo (a quem o Rei de Castela oferece o cargo de seu alferes-mor mas que, aquando de Aljubarrota, já se encontra a combater do lado português junto a seus filhos), cabe bem dentro do perfil aqui traçado e, a esse título, é

³¹ *Ibid.*, parte segunda, p. 47.

³² *Ibid.*, p. 100.

³³ *Ibid.*, p. 99.

merecedor de um certo destaque³⁴. Este jovem fidalgo conta apenas dezoito anos quando, em 1383, se empoam novamente os conflitos com Castela; a sua fidelidade pendular ao serviço de D. João I (onde se destaca na tomada de Ponte de Lima com um feito heróico e próprio do seu evidenciamento juvenil³⁵) e a sua excelente actuação militar ao lado de Nuno Alvares Pereira nas guerras fronteiriças do Alentejo, ir-lhe-ão valer numerosas mercês reais construindo assim, por feitos e merecimentos próprios, uma significativa riqueza patrimonial estranha aos bens de seu pai que haviam transitado para seu meio-irmão e primogénito, Gonçalo Vasques de Melo, que lhe sucede em todos os bens da Coroa (1388). Não deixa de ser significativo notar o silêncio quase absoluto que sobre este Gonçalo Vasques pesa na crónica de D. João I, ao passo que Martim Afonso é frequentes vezes destacado na actividade militar característica de um jovem filho segundo, aí recolhendo por mercê real uma quantidade apreciável de bens confiscados aos fidalgos que se passam para Castela. Como exemplo poderemos referir a campanha beirã de 1398 em que, juntamente com o Condestável, faz frente aos «legitimistas» que pouco antes haviam abandonado D. João I (Cunhas, Pachecos, João Afonso Pimentel) e que agora entravam por Portugal para alçar como rei ao Infante D. Diniz (o filho de D. Pedro e D. Inês de Castro)³⁶. Em reconhecimento deste serviço, D. João I doa a Martim Afonso todos os bens confiscados a João Fernandes Pacheco em Santarém, Leiria e Barbacena. Este é um caso entre muitos ilustrando aquele comércio de evidenciamento/reconhecimento de que há pouco falávamos,

³⁴ Para a biografia deste fidalgo e seu enquadramento familiar, vide Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973, vol. I, pp. 408-425; e Luis e Manuel Mello Vaz de São Payo, «O parágrafo segundo», in *Armas e Troféus*, V série, tomo I, Janeiro-Dezembro de 1980.

³⁵ Vide Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I*, parte segunda, p. 36.

³⁶ *Ibid.*, pp. 364-372.

no entanto, deve acrescentar-se de que por essa altura Martim Afonso de Melo já não se evidencia juvenilmente, mas antes como homem militar com importantes responsabilidades de chefia vindo, aliás, a recolher um tão grande prestígio nesse campo que, em 1415, depois da tomada de Ceuta é a ele que D. João I incumbe da Capitania dessa cidade norte-africana que, embora sendo recusada, não deixa de assinalar significativamente o percurso de um homem de armas que em 83-85 se evidencia pela sua juvenilidade e, trinta anos volvidos, é tido na mais alta consideração de chefe militar.

Não obstante o seu trajecto exemplar, Martim Afonso de Melo é uma pálida figura quando confrontado com Nuno Álvares Pereira, esse sim o mais bem sucedido representante da geração juvenil de Aljubarrota e sobre o qual nos debruçaremos a partir de agora. Recorde-se que esta figura singular da história portuguesa, nasce em 1360 sendo, portanto, apanhado pela crise de 1383-85 no período etário final da sua mancebia, ou seja, entre os 23 e 25 anos de idade. Interessamos, justamente, surpreender a forma como, neste contexto de guerra a viragem política, o seu comportamento e percurso social se afasta, ou não, do modelo normativo de juvenilidade.

Os ascendentes remotos de Nuno Álvares não nos interessam em particular, fixaremos antes a nossa atenção sobre o seu pai, Álvaro Gonçalves Pereira³⁷, eleito prior dos Hospitalários em Portugal com a idade de 18 anos tendo mais tarde, nessa qualidade, demandado a ilha de Rhodes onde se situava o grão-mestrado da Ordem de S. João do Hospital de lá regressando «mui bem-andante e com gram louvor» da luta contra os infiéis. É um dos cavaleiros portugueses que mais se distinguem na batalha do Salado e será grande privado de três reis: D. Afonso IV (de quem é testamenteiro), D. Pedro e D. Fernando. Álvaro Gonçalves Pereira teria, aliás, de fazer

³⁷ Vide José Mattoso, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1963, pp. 127-142.

uso desta sua proximidade com a casa real para assegurar, junto dela, a vida futura de alguns de seus filhos que, diga-se de passagem, atingiam o digno número de trinta e dois. Entre lídimos e bastardos, Fr. D. Álvaro Gonçalves Pereira não prestaria certamente um igual apoio a toda a sua prole; assim, o primogénito, Pedro Álvares Pereira, sucede naturalmente a seu pai nos bens patrimoniais e no cargo de Prior do Hospital sem que, contudo, este tivesse descurado o destino de outros seus filhos. Tal é o caso de Nuno Álvares, fruto da união desse cavaleiro fidalgo com Iria Gonçalves de Carvalho, a quem o Prior dedica uma atenção algo invulgar tratando-se, como se tratava, de um filho segundo; o carácter excepcional deste tratamento explica-o Fernão Lopes da seguinte maneira: Álvaro Gonçalves Pereira, na base da astrologia, arte em que era entendido, havia recebido a revelação de que um dos seus filhos seria bafejado por uma auréola de invencibilidade, jamais sendo mal sucedido em qualquer dos seus feitos. Contrariando a regra genética segundo a qual as virtudes de linhagem se espelhavam no primogénito, tal papel caberia a Nuno Álvares, filho lídimo, mas segundo. A partir deste anúncio pressagiador, o herói do Salado desde logo diligencia no sentido de «colocar» o jovem Nuno na corte, e entrega-o, com especiais recomendações, aos cuidados de seu tio materno Martim Gonçalves de Carvalho (recorde-se que esta relação tutelar tio materno-sobrinho era frequentes vezes estabelecida no quadro da iniciação cavaleiresca do jovem fidalgo). Assim, ainda moço, aos 13 anos de idade, Nuno entra como morador na casa real, juntamente com um seu irmão mais velho, Diego Álvares Pereira, e é tomado como escudeiro da rainha D. Leonor dela recebendo as suas primeiras armas (facto curioso nesta cerimónia, é-lhe entregue o arnez que havia pertencido, «em seemdo moço», ao Mestre de Aviz o que, de uma forma insinuante na crónica, parece assinalar simbolicamente o futuro companheirismo de armas entre ele e o bastardo de D. Pedro). Três anos volvidos, estamos em 1376-77,

e por morte de Vasco Gonçalves de Barroso, surge um belo partido no mercado matrimonial na pessoa da jovem viúva D. Leonor de Alvim.

«Esta dona era bem filha dalgo e comprida de toda boomedade, rirca assaz de beës deste mundo, assi de moviis como de rraiz»³⁸.

A pretexto deste casamento, cumpre realçar dois aspectos significativos que a Crónica do Condestabre e a Crónica de D. João I (deve, a propósito, alertar-se para o facto de que a aura mítica que rodeia Nuno Álvares, já no discurso destas crónicas, condicionaria certos atropelos ou, mais correctamente, certas extrapolações à realidade histórica) nos põem em evidência: o empenho do Prior em casar o filho, a reacção de Nuno Álvares à perspectiva de matrimónio. Era, de certa forma, excepcional a preocupação que D. Álvaro Gonçalves Pereira demonstra em casar um filho segundo tão precocemente (Nuno contava então com pouco mais de 16 anos) e de forma tão criteriosa; com efeito, o Prior far-se-á valer das boas graças em que o tinha D. Fernando, e é a instâncias do monarca que se conserta o casamento com a rica herdeira. Aparentemente o matrimónio é ideal: sem delapidação do seu património, D. Álvaro Gonçalves Pereira, logra colocar um segundogénito em excelentes condições de estender a linhagem, no entanto, a proposta não terá sido acolhida com grande entusiasmo pelo mancebo fidalgo que, juvenilmente, anda alheado a qualquer perspectiva de fixação, repartindo todas as suas atenções entre as caçadas, montaria e leitura do ciclo da Távola Redonda. Esta referência aos romances de cavalaria vem sublinhar que estes se encontravam particularmente vocacionados e dirigidos para a sensibilidade juvenil que, como bem fez notar Georges Duby,

³⁸ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I*, parte segunda, p. 59.

com o seu comportamento social específico teria constituído uma importante fonte de inspiração para este tipo de literatura.

«Qu'on ne s'étonne pas si la situation typique de la jeunesse, la quête aventureuse, la prouesse d'armes ont fourni leurs cadres et leurs ressorts aux récits épiques, aux romans [...]. Il ne serait donc pas sans intérêt de considérer à nouveau la thématique de la littérature chaveleresque en fonction des goûts, des préjugés, des frustrations, du comportement quotidien des jeunes»³⁹.

Segundo a crónica, o modelo exemplar de Nuno Álvares era Galaaz, o cavaleiro virgem e impoluto, o que mais se aproximava do figurino virtuoso e continente do «Milles Christi». A renitência do mancebo em consorciar-se e procriar, fiado na ideia de que a virgindade de Galaaz era a fonte das suas virtudes, é a prova cabal de como a assimilação destes modelos literários de comportamento podia pretender ver-se reproduzida no campo real o que, aliás, não foi bem o caso; a virgindade é sacrificada à obediência filial (afinal, também ela, exemplar) e Nuno Álvares Pereira parte para os domínios de sua mulher Entre-Douro e Minho onde, sexual e socialmente, irá aprender a ser homem:

«E estando assy Nuno Alvrez com sua molher em sua casa despendia seu tempo em tomar honestamente prazer com sua molher. E ella lhe dava boõs conselhos das maneyras que avia de ter em aquella terra honde avia de viver [...]. E de si per ser homeẽ novo aas vezes fazia na terra das suas segundo seus vezinhos»⁴⁰.

Esta precoce fixação social do jovem fidalgo à responsabilidade de dirigir a sua nova casa, o ser compelido ao comportamento adulto, não abafam os ímpetos juvenis e cavalei-

³⁹ Georges Duby, *Hommes et structures ...*, pp. 221 e 222.

⁴⁰ *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nun'alvrez Pereira*, Porto, Typografia Constitucional, 1848.

rescos que, três ou quatro anos volvidos sobre o seu casamento, se manifestarão aquando do romper de hostilidades entre D. Fernando e D. João I de Castela. Nuno Álvares é chamado para junto de seu irmão mais velho que, já na qualidade de Prior do Hospital após a morte do pai em 1379, está como fronteiro em Portalegre, e aí encontrará a oportunidade de se redimir da letargia matrimonial. É patente a função despoletadora que a guerra tem na contida exuberância juvenil, efectivamente, Nuno Álvares assumirá neste período um comportamento ansioso característico dos mancebos fidalgos: precipita-se, evidencia-se e desobedece. Assim, quando o Mestre de Santiago levanta o cerco sobre Elvas e se retira para Castela, Nuno Álvares, impossibilitado de se bater contra as hostes inimigas e sequioso de proezas cavaleirescas, recorre ao repto individualizado e desafia o filho do Mestre, João de Azores, para uma lide até à morte procurando aí, numa escala mais reduzida, protagonizar o conflito de forças que, eminente, havia sido protelado por castelhanos e portugueses.

«Quando Nun' Alvarez vio que aquell juntamento se desfazia e que cada huñs capitaães se tornavam a suas frontarias, foi mui anojado, como dissemos; e come homem novo de gram coração, que muito desejava servir el-rei que o criara. desi seer conhecido e aver nome de boom [...] pensou que huñ filho que o meestre muito amava, que chamavam Joham d'Azores, que o mandasse rrequestar pera sse matar com elle dez por dez, teendo que sse a Deus prouguesse de o matar, que faria gram nojo ao meestre, pois lho d'outra guisa nom podia fazer»⁴¹.

⁴¹ Fernão Lopes, *Crónica de Dom Fernando*, p. 433.

Esta predisposição lúdica para a competição é, independentemente dos seus impulsos juvenis, uma forma simultânea de reconhecimento e evidenciamento do vassalo perante o seu senhor:

«Senhor, a nossa mercee saiba que por eu seer vosso criado, desi por as muitas mercees que meu padre e meu linhagem e eu isso mesmo de vós avemos rrecebidas e entendo rreceber mais ao deante, ei grande voontade de vos servir em cousa que vos ouvessees de mim por bem servido»⁴².

A lide não será levada a cabo porque D. Fernando a desaprova, no entanto, Nuno Álvares prossegue viçoso no seu propósito de cometer façanhas e nesse sentido, estando com Diego Álvares Pereira por fronteiro em Lisboa, ao saber da eminência de uma batalha real a travar entre Elvas e Badajoz, não hesita em desobedecer à autoridade de seu irmão como superior militar e evade-se de Lisboa com cinco escudeiros para se juntar ao rei no Alentejo que, reconhecido, não lhe censura esta atitude prepotente:

«e muito mais o louvou depois, quando soube o que lhe avehera com seu irmão, e como sse partira da cidade sem sua lecença e contra sa voontade»⁴³.

Seria, contudo, em Lisboa que o jovem fidalgo praticaria o seu primeiro grande feito de armas, mais precisamente em Santos, contra um numeroso grupo de castelhanos numa refrega de tal modo desequilibrada que, segundo a crónica, só a predestinação para futuras glórias o impediu de aí conhecer a morte:

«Nun'Alvarez, veendo que os seus nom davam volta e que os castellaãos chegavam acerca d'onde ell estava, aderençou contra elles com gram virtude cavalleirosa. a allgũus impos-

⁴² *Ibid.*, p. 437.

⁴³ *Ibid.*, p. 527.

sivell de creer, e soo-sem parceiro se lançou na moor espesura dos emmigos, honde eram: aquelles duzentos e cinquenta homees d'armas»⁴⁴.

O conjunto dos três episódios aqui apresentados é, talvez, o reflexo mais fiel do comportamento juvenil de Nuno Álvares Pereira e coincide, segundo a *Chronica do Condestabre*⁴⁵ com o final desse seu período etário. A partir daqui será difícil definir com precisão as fronteiras da sua juvenilidade; se por um lado a guerra o desvincula do anterior sedentarismo social, impelindo-o à errância, relativa, do guerreiro em constante estado de alerta, essa mesma actividade, pelas características de comando que assume, parece acentuar-lhe, por outro lado, redobradas funções de responsabilidade contraditórias com a noção de mancebia. Não é por acaso que, quando o Mestre de Aviz investe Nuno Álvares no cargo de fronteiro do Alentejo, o Dr. João das Regras se pronuncia desfavoravelmente dizendo que

«pera tamanho emcarrego compria mamdar huũ homem de madura autoridade, muito avisado, e sabedor de guerra»⁴⁶.

Desmentindo o cepticismo do conselheiro, o jovem fidalgo desempenha tão conscientemente a sua função que após as cortes de Coimbra é nomeado Condestável do reino que, dado o contexto político e militar, era, depois do monarca, o cargo em que se exigia um mais elevado grau de responsabilização social. Nessa altura Nuno Álvares Pereira conta 25 anos de idade e o peso das circunstâncias obsta à sua juvenilidade mas não à sua juventude, que se manifesta constantemente no

⁴⁴ *Ibid.*, p. 494.

⁴⁵ No capítulo XV da obra citada, pode ler-se em título: «Ata aqui se fallou das cousas que fez Nunalvrez em sua moçidade, e na vida delRey dom Fernando. E daquy em diante se fallara das q̄ fez depois da morte del Rei dõ Fernnado».

⁴⁶ Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I*, parte primeira, p. 146.

vigor e força dos seus feitos de armas. Em rigor, o Condestável não é um jovem; o matrimónio, a paternidade, o cargo que ocupa na hierarquia do reino, tudo o obriga a uma forma de comportamento social incompatível com o sentido usualmente atribuído à juvenilidade e, de certa forma, deve-se entender Nuno Álvares Pereira como uma figura híbrida e excepcional, conciliando de uma forma perfeitamente temperada a «ardidez» do jovem com a «sageza» do ancião⁴⁷.

Se nos recordarmos, apesar de todas estas considerações, que em Aljubarrota D. João I e o Condestável têm, respectivamente, 28 e 25 anos de idade, se lembrarmos também as palavras de Fernão Lopes sobre a «septima hidade», «o evangelho portuguez» e o «outro mundo novo e nova geração de gentes», não poderemos escapar à tentação metafórica de qualificar a crise de 83-85 como uma «revolução» (também) «juvenil» de que estas duas figuras seriam, aliás, umas legítimas representantes.

Alguns anos passados sobre esta guerra com a vizinha Castela, as campanhas norte-africanas continuarão a proporcionar aos fidalgos mancebos a oportunidade de se distinguirem em feitos de armas e aí serem armados cavaleiros. Talvez devido ao permanente palco de guerra que Ceuta, e mais tarde Alcácer-Ceguer, constituíam, a investidura na cavalaria, cuja vulgarização já era patente antes de 1415 (como atrás o realçámos), torna-se agora irresistível.

«E aquy avees de saber que esta ordem de cavallarya se conrompeo depois que os Ifantes foram a tanger a primeyra vez, que foy dada a tantos que caasy nom avya na corte nenhuum que como alguma cousa fizesse que per sy ou per outrem nom requeresse cavallarya»⁴⁸.

⁴⁷ *Ibid.*, parte segunda, pp. 443-444.

⁴⁸ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, p. 151.

O recente rejuvenescimento que se tinha operado na fidalguia portuguesa em finais do século XIV determina, necessariamente, uma vulgarização (no sentido descendente) dos modelos culturais próprios desta camada a novos elementos sociais enobilitados na guerra e no serviço à casa de Aviz. Dentro desses modelos culturais (e tomando a cultura na sua acepção mais lata)⁴⁹, a estruturação linhagística e a investidura cavaleiresca eram os mais correntemente assimilados por todos aqueles cuja proximidade com o Rei ou os Infantes lhes facultava a ascensão social. A entrada no grau de cavalaria, culminando e assinalando um feito de armas, era prioritariamente procurada no palco bélico norte-africano pela camada juvenil e esta prática era de tal forma corrente, que se tornaria fastidioso referenciar todo o rol que as crónicas de Zurara nos transmitem.

O facto desta guerra, melhor dizendo, deste conflito, se travar contra os infiéis e em seu território, emprestava um maior galardão aos que aí fossem armados cavaleiros; a comprová-lo temos o enorme prestígio que Ceuta gozava, sob a capitania de D. Pedro de Meneses⁵⁰, em toda a cristandade ocidental junto dos cavaleiros andantes que aí vinham buscar honra e acrescentamento do seu nome em feitos de armas. A afluência destes estrangeiros processa-se nas mais variadas circunstâncias; desde o escudeiro Maiorquino que D. Pedro arma cavaleiro, ao grande Duque alemão, tio do Imperador Segismundo e do Rei da Boemia⁵¹, que requer ao capitão de Ceuta uma hoste para sair fora das muralhas da cidade e, depois da refrega com os mouros, armar cavaleiros dois homens da sua casa, passando pelos cavaleiros Lopo Affonso de Monte Molim (castelhano) e Mosem Filipe Buir (aragonês)

⁴⁹ Vide Georges Duby, «La vulgarisation des modèles culturels», in *Hommes et structures* ..., pp. 299-308.

⁵⁰ Vide Martín Riquer, *Los Caballeros Andantes españoles*, Madrid, Espasa-Calpe, Col. Austral.

⁵¹ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro* ..., p. 414.

que resolvem empreender em Ceuta uma justa sob a «segurança» deste fidalgo português ⁵². A memória de Ceuta como «praça de armas» ainda perdura na geração seguinte quando um cavaleiro vassalo do Duque de Borgonha requer a D. Duarte de Meneses, filho do Conde D. Pedro e por essa altura capitão de Alcácer-Ceguer, a autorização para aí praticar feitos de armas em seu serviço e em acrescentamento da sua própria honra:

«Era ally huum nobre homem frances que se chamava Antona homem certamente fidalgo e de nobre coração que era vassallo do duque de bregonha, o qual como ally chegou disse ao capitam que sua mercee soubesse que elle nom partyra de sua terra por cobrar em estas partes riqueza nem aver nem tratar, outras mercadaryas soomente ofrecer seu corpo aos perigos e trabalhos a fim de cobrar nome e vallor antre os nobres de sua terra [...]. E que de lho assy fazer farya sua honra e louvor e ainda conseguyrya as virtudes de seu padre, o qual segundo elle aprendera sempre honrara muyto aos Strangeyros que vijnham buscar honra e vallor» ⁵³.

O citado D. Duarte de Meneses é representante de uma geração que, falhando Aljubarrota e a primeira conquista portuguesa no Norte de África, encontrará na manutenção e guerra de Ceuta o espaço e o tempo certo para o seu evidenciamento juvenil. Duarte é filho bastardo do primeiro capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, que lhe tem especial apreço por ser o seu único varão, ainda que feito numa «moça de sua casa».

A queda do Conde D. Pedro por este filho, é tanto mais forte quanto nele se vai vendo reconhecido em virtudes militares e cavaleirescas e, na impossibilidade de lhe deixar os seus bens e rendas em prejuízo dos dotes e heranças das suas filhas legítimas, pretende pelo menos torná-lo herdeiro dos seus cargos militares (capitania de Ceuta) o que merecerá

⁵² *Ibid.*, p. 489.

⁵³ Gomes Eannes de Zurara, *Crónica do Conde D. Daurte ...*, p. 132.

a oposição veemente de D. Bertriz de Meneses que a pretende para seu marido. Com capitania, ou sem ela, o certo é que na sua qualidade de varão, Duarte de Meneses (legitimado em 1424) é o único transmissor possível do nome e fama de seu pai em feitos de armas e, nesse sentido, é impelido irreversivelmente para a vocação guerreira⁵⁴ na qual se distingue de forma bastante precoce. Nascido um ano antes da tomada de Ceuta, Duarte de Meneses vem para esta cidade ainda bastante menino e o seu crescimento neste contexto particular valer-lhe-á uma experiência militar de que sempre se soube valer («nom ha aquy nenhuum que com rezom mais deva saber dos modos desta gente que eu pois caasy com os cueyros comecey de os trautar»)⁵⁵ e que, aquando da sua juvenilidade, lhe emprestava características singulares de comportamento (à semelhança de Nuno Álvares também o mito heróico e militar deste jovem parece determinar, a posteriori, certos empolamentos da realidade histórica na crónica de Zurara). É armado, em campo, cavaleiro por seu pai quando contava apenas 15 anos de idade na sequência de um combate contra os mouros e desde muito cedo se mostrará apto a ocupar posições de responsabilidade e chefia militar, assumindo a capitania da cidade durante as ausências do pai no reino e coadjuvando-o quando ele aí se encontrava. A sua juvenilidade é, um pouco como a de Nuno Álvares Pereira, excepcional:

«aalem da nobreza do coração que lhe deos deu sobee que lhe deu tambem syso pera se governar em grandes feitos quanto andam nom vy homem de sua ydade»⁵⁶.

⁵⁴ «filho por que a deos assy que tu nom ouvesses o que eu tenho de mjnha erança patrimonyal e tam pouco daquello que ey por mercee deiRey meu Senhor que som os beens da coroa do Regno. Querya que ouvesses a mjnha erança da honra e do vailor (...) Ca se esta teveres nom te fallecera em que vyvas por que os beens da fortuna asynha se guanham quando sse os homeens despoem aos trabalhos cada huuns em sua maneyra». *Ibid.*, p. 104.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 222.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 65.

Como se sabe, as lutas contra os mouros revestem-se de circunstâncias particulares, não se tratando de uma guerra aberta com opulentas batalhas, mas antes de uma amálgama de expedições de rapina e punitivas em território inimigo a que acrescem as naturais tarefas defensivas. Uma significativa parte dos conflitos aí travados, são feitos a instâncias dos fidalgos mancebos que se deslocam a África com o exclusivo propósito de ganharem/acrescentarem honra:

«E por que Ruy dyas desejava acrecentar em sy e em seu nome. a cuja fim ally principalmente fora. pedy a ao conde que lhe aazasse como podesse fazer alguma cousa acerca daquello pera que ally vyera. O qual foy muyto ledo de lhe compryr tal desejo»⁵⁷.

Como o feito de armas estava associado aos lustros nobiliárquicos de quem o cometia, há muitas vezes problemas éticos e hierárquicos no cometer das surtidas contra os Mouros, isto é, um jovem de prestigiadas linhagens não se contentava com simples escaramuças conduzidas sob capitania alheia, especialmente quando estas se relacionavam com as rapinas necessárias aos mantimentos da cidade:

«Antre os Senhores e fidalgos de grande valor que eram em estes regnos em aquelle tempo era dom Sancho de noronha [...]. E por que se ainda nom aazara no regno cousa em que podesse mostrar sua nobreza [...] pedyu licença a ei Rey e foisse a Cepta [...]. E desy er de fazer cavalgadas sobre aldeas que pera elle era cousa de pouca honra [...] ouve conselho de yr sobre Tutuam por que era lugar cercado de muros e torres e em que avya castello de menagem e fronteyros [...] começaram de dizer a dom Sancho que aquelle era grande abatimento para tal homem como elle aver de yr sobre capitanya de dom Duarte que lhe nom fora bem contado yr na do conde quanto mais de huum seu filho e ainda nom lidimo nem erdeyro. pollo qual

⁵⁷ *Ibid.*, p. 82.

fezerom estar dom Saacho dous meses que nunca sayu fora pera fazer nenhuma entrada [...]. E bem he que alguns daquelles que enveiaçam dom Duarte fazyam scarnho de sua yda trazendo antre ssy por rifaro que as vacas daquelle lugar tijnam mais cornos que as outras»⁵⁸.

Com maior ou menor brilho, era em Ceuta, e mais tarde em Alcácer-Ceguer, de que é dada a capitania a D. Duarte de Meneses (já em idade madura e depois de uma prolongada estadia no Reino), que a juvenilidade da fidalguia portuguesa se vai manifestar e esgotar, mantendo viva uma tradição guerreira de que a aristocracia era tão ciosa. Haverá, no entanto, que fazer a necessária distinção entre aqueles que formam o contingente de forças estacionado nas praças norte-africanas (profissionais da guerra e homens que a eles se encontram ligados por laços de (pseudo) parentesco; como é o caso dos Meneses e das gentes de sua casa), e aqueles que apenas lá se deslocam pontualmente para darem conta dos créditos viris e dignidade da sua linhagem (como é o curiosíssimo caso de Afonso Furtado e seus três filhos, no qual se encontram associados pergaminhos familiares e evidenciamento juvenil)⁵⁹. Nos feitos de armas e na exuberância com que são empreendidos (e tenha-se presente que esta não é um exclusivo dos jovens, embora dentro do seu círculo seja tida como marcadamente característica), parece pesar muito mais o nome (ou, também, a falta dele) do que a idade. A guerra, a pretexto da mobilidade social que possibilita, vulgariza a outros estratos sociais e etários a ideia que se tem de comportamento juvenil e, colocando este problema, daríamos início às considerações finais do artigo, deixando de aludir às inúmeras referências e exemplos da geração pós-Ceuta que, dada a sua profusão, justificam um estudo separado e não têm aqui inteiro cabimento.

⁵⁸ *Ibid.*, pp. 88, 95 e 96.

⁵⁹ *Ibid.*, pp. 215-220.

Sem nos arrogarmos à definição do jovem fidalgo português no século XIV-XV, gostaríamos de sistematizar algumas das suas especificidades relativamente ao modelo referencial proposto por Duby.

- A errância como etapa ritual e tipificadora da juventude cai numa certa degeneração; a guerra fixa os jovens oferecendo-lhes o ensejo de aí se notabilizarem e, não havendo guerra, a errância do jovem consiste na maior parte das vezes em procurá-la no estrangeiro o que, como tal, retira grande parte do carácter aventuroso e imprevisível que a caracterizava em períodos recuados.
- A caça ao casamento, que dantes parecia nortear a conduta aguerrida e exuberante dos jovens, já não parece agora ter tanta acuidade e, dentro de uma sociedade em que a centralização do poder é substancialmente diferente da da França das linhagens feudais, é naturalmente abandonada em favor da caça à mercê real. Embora ainda se pratique a proeza cavaleiresca por amor a uma dama, tal não se deve confundir com a «caça ao casamento»; é ao monarca que se pretende agradar com os feitos de armas e bons serviços. No entanto, o casamento, como as mercês reais, são formas diferentes de uma mesma aspiração juvenil de conquista social.
- Os torneios e as cavalgadas errantes em grupo corrompem-se, no primeiro caso (são evidentes a vulgarização e espectacularidade de que se revestem no final da Idade Média), e caem em extinção, no segundo (quanto mais não fosse porque a guerra, que grassa um pouco por todo o lado, não permite este tipo de práticas lúdicas e autónomas).
- A designação de jovem reporta-se sempre à idade, ou então a um comportamento específico no contexto da

actividade guerreira, esvaziando-se do conteúdo social que veiculava. O jovem já não é necessariamente um solteiro, são sobejos os exemplos de mancebos casados e pais de filhos, embora o seu comportamento, por esse facto, não deixe de ser marcado pela «irrequietação social». Inversamente, esta irrequietação dilui-se a elementos estranhos à juventude aristocrática que recorrem à proeza de armas em tempo de guerra para obterem maiores dignidades sociais. Dado o contexto preciso em que a nossa análise decorre (omnipresença da guerra sobre a sociedade), a concepção de jovem é, na sua esmagadora maioria, referente à forma de actuação «ardida» e/ou desastrada em combate.

- De uma forma geral, parece manter-se válida a ideia da pressão que as estruturas de parentesco exercem sobre a juvenilidade, ou seja, as normas de transmissão do património, embora não tão rígidas como as da sociedade analisada por Duby, determinam um exacerbamento da juvenilidade no caso dos filhos segundos. Contudo, qualquer conclusão válida sobre este ponto terá que ser apoiada previamente num questionário sistemático às linhagens portuguesas dos finais da medievalidade.

Como últimas palavras, diríamos que a renovação social que se opera na nobreza deste período, e toda a sua consequente atracção pelos modelos culturais da camada à qual se pretende guindar, relançará durante um fugaz, mas considerável período de tempo, o carácter lúdico que é próprio da juvenilidade aristocrática. Todos os novos elementos que ascendem à fidalguia, talvez em função de «juventude» do estatuto social que alcançaram, ou pretendem alcançar, manifestam um comportamento competitivo/agressivo em muito semelhante à juvenilidade expressa pelos filhos segundos da aristocracia feudal.